

Apresentação do Dossiê “Educação Sexual em diálogos”

O Dossiê *Educação Sexual em diálogos: caminhos possíveis na e para a educação*, reúne pesquisas e produções que trazem para o debate, da área da Educação Sexual, os tópicos da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU) e das licenciaturas no Brasil. São diálogos sobre a sexualidade na busca de reflexões no campo educacional.

Foi preocupação das organizadoras e do organizador, em especial, focar nos últimos cinco anos, da reta final do período da proposta sustentável da Agenda 2030, no tocante, sobretudo no que a Educação Sexual realizou ao longo dos anos e o que se propõe fazer diante dos impactos e desafios do contexto hodierno, das mudanças climáticas e da relação com a sexualidade humana na Educação, com o destaque para a nova e atual Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Brasil, 2024):

A Agenda 2030 traz para os cursos de licenciatura o compromisso com a redução das desigualdades em relação a gênero, reconhecendo a diversidade; portanto, contrária a toda forma de preconceito e discriminação e voltada para a sustentabilidade, demarcada, em especial, pelo pluralismo de ideias e pluralismo de conceitos, tanto em relação à sustentabilidade quanto aos aspectos pedagógicos formativos nas licenciaturas. Neste sentido, o Dossiê *Educação Sexual em diálogos: caminhos possíveis na e para a educação* tem por objetivo lançar olhares para as licenciaturas e apresentar caminhos possíveis frente as políticas públicas para a formação inicial (e continuada) dos/as profissionais da educação, com atenção no presente – e, sobretudo, com projeção ao futuro, quanto ao lugar da Educação Sexual no currículo da formação de professores/as e a atuação destes/as desde a educação infantil.

A meta da sustentabilidade mundial proposta pela ONU e a nova Resolução acerca da formação desses/as profissionais têm por escopo a igualdade de gênero; aqui propomos a expressão “equidade” de gênero, com todos os temas envolvidos no



âmbito da Educação Sexual, sendo: as sexualidades (nas infâncias das pessoas idosas, das pessoas com deficiência etc.), pessoas LGBTQIAPN+, os feminismos e a violência de gênero, assim como o abuso sexual infantil. Somam-se a esses temas os movimentos sociais sexuais, incluindo aqueles que problematizam o capacitismo; debates sobre os robôs sexuais (IA e robótica sexual). Essas discussões se articulam para além dos estudos da sexualidade no âmbito do ensino de ciências, abrindo espaço para múltiplas perspectivas e campos de investigação.

Justifica-se a proposta do dossiê e a colaboração dos artigos apresentados, pela relevância social concernente ao papel das licenciaturas na formação inicial docente, principalmente, no que tange ao atual contexto social e histórico, em que se evidencia, de maneira mais inequívoca, a essencialidade da inserção da temática sexual no âmbito da educação escolar, sendo que inúmeros estudos científicos nacionais e internacionais corroboram neste sentido. Cabe frisar que a Educação Sexual formativa de atores/atrizes sociais é uma urgência escolar e pedagógica, porquanto desde a educação infantil até o ensino médio é decisiva, pensando em se viabilizar a construção de uma sociedade antissexista, não violenta, não preconceituosa, não misógina e tampouco machista, estando realmente envolvida e comprometida com a instauração da equidade de gênero e sexual em escala nacional e mundial. Ao lado desta relevância social macro, há de se colocar em análise o prazo de dois anos para a adequação dos cursos de licenciatura brasileiros à nova Resolução.

Frente ao exposto, os textos se propõem a analisar as propostas de Educação Sexual em uma perspectiva múltipla para além da emancipatória ou da visão pós-estruturalista foucaultiana ou ainda da lógica marxista ou dos direitos humanos, enfim, alcançado, portanto, como sugere a nova Resolução, “a base do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Tal pluralidade alinhada e amparada nas pesquisas na e sobre a escola, apresenta intrínseca articulação com a formação de professores/as, haja vista a respectiva imprescindibilidade, que possibilita atender a urgência política, social e educacional-pedagógica da discussão, bem como das novas configurações que estão sendo propostas às licenciaturas brasileiras, que precisam se ater aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Indubitavelmente não haverá sustentabilidade sem a devida atenção e a busca necessária por resolução dos problemas humanizatórios presentes; problemas

estes que no âmbito da educação sexual dizem respeito às liberdades sexuais, entre as quais se incluem saber sobre sexualidade com base no direito e no saber científico, social, cultural e econômico para não se incorrer no risco vigente de associar o/s referente/s diálogo/s com o incentivo ao sexo, à libertinagem e aos discursos e práticas, ainda sem rupturas, entre o senso comum e a ciência, em geral, e a ciência da sexualidade, em particular.

Intencionamos aqui trazer diálogos profícuos, no sentido de lançarem re-olhares aos currículos de formação inicial nas licenciaturas; diálogos que conduzam as mudanças imprescindíveis para uma sociedade que atue em prol da paz e da empatia, sendo, com efeito, harmoniosa, inclusiva, justa, equânime e equitativa e, em especial articulada à sustentabilidade global. A seguir, resumidamente, se apresentam esses diálogos.

Para abrir o dossiê e orientar os diálogos propostos aos estudos e pesquisas dos convidados/as, colaboradores/as, as organizadoras e o organizador produzem o artigo *Sexualidade, sustentabilidade e formação docente: “balizas” teóricas como contribuição à educação sexual*. Nestas balizas as autoras e o autor defendem como argumento central (das balizas) que, diante da urgência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o currículo em educação sexual na formação de professores, por exemplo, encontra na atual Resolução 4/2024 (que altera o formato das licenciaturas no Brasil), a oportunidade de novas reflexões aos pesquisadores/as da área e aos/às estudiosos/as nos estudos sobre ensino-aprendizagem na educação básica para promover com mais afinco, a proposta de Educação Sexual formal e não-formal para uma cidadania responsável, equânime e firmada na equidade em relação a gênero e sexualidade às voltas com os direitos humanos, algo já garantido pela Constituição Federal. Porém, não segue enquanto realidade curricular e social que exige nossas pesquisas nestes temas, diferente de países como Argentina e Uruguai, por exemplo, em que a educação sexual está incorporada ao currículo oficial, com a Educação Sexual Integral (ESI).

Direto da Argentina, o artigo internacional do dossiê, dialoga sobre esta ESI, que se constitui como uma política de Estado e presença obrigatória no currículo. As colegas da Universidad Nacional Del Nordeste escrevem o texto intitulado *Educación Sexual Integral (ESI) en la trayectoria de formación del profesorado y licenciatura en*

educación inicial: debates y desafíos ante las nuevas derechas. Elas apontam que a formação inicial de professores/as na Argentina, mesmo com a ESI como política de Estado e presença obrigatória no currículo, enfrentam desafios, sobretudo, com o panorama social das crianças, adolescentes e jovens que chegam à escola com suas vivências de sexualidade. Neste sentido, objetivam, neste trabalho, reconhecer ideias prévias e representações em ESI dos/as professores/as em formação universitária, que irão atuar na Educação Inicial no país, brindando-nos com um panorama dos desafios enfrentados por esta política, em especial, o desafio da ESI de eliminar obstáculos para sua implementação no currículo educacional daquele país.

Em *A história da educação sexual no Brasil em oito momentos: notas preliminares de pesquisa* para reflexão de professores/as de licenciatura e pesquisadores/as da Educação Sexual, os colegas da UNESP/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLar), organizam em oito momentos, desde o período colonial até hoje, os caminhos da institucionalização da Educação Sexual no país, visando apontar a urgência da sustentabilidade em prol de resolver as desigualdades sociais que incluem a desigualdades sexuais, uma vez que o preconceito e a discriminação ainda fazem parte, em pleno século XXI, das nossas vivências e realidades no Brasil. Abordando a formação de professores/as no Brasil, o texto de cunho histórico, projeta-nos tanto para o passado, quanto para o presente e o futuro, mais precisamente na nova Resolução para os cursos de graduação do país, convidando a todos/as a olhar adiante, sem esquecer o retrovisor, pois todos os olhares, em todas as direções são fundamentais para seguir o caminho da emancipação em sexualidade no currículo da Educação Básica e nas nossas pesquisas na área.

As pesquisadoras da Faculdade de Ciências de Bauru - Unesp no artigo *A sexualidade na experiência de adolescentes gordos(as): análise de relatos de universitários (as)*, dialogam sobre os padrões normativos vistos sob o olhar de jovens gordos/as em sua adolescência. Os dados quantitativos e qualitativos nos ajudam a vislumbrar uma educação sexual em prol da promoção da sexualidade, não só no que tange as diversidades de gênero, mas, ainda sobre a diversidade a partir dos corpos, especificamente entre os que não atendem aos ditos padrões normativos e que podem ser pensando no âmbito das dimensões dos ODS e dos direitos humanos, principalmente, em função de currículos que respeitem os diferentes corpos e os apoiem, tendo em vista a identidade destes sujeitos, como sujeitos sexuais.

Saberes e silenciamentos: percepções de estudantes sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola é um trabalho de Jataí, estado de Goiás, em que se reflete sobre a homofobia na escola junto aos estudantes de ensino médio e sobre como vivenciam as diversidades sexuais, em especial, se detectam a homofobia no dia a dia. Os resultados da pesquisa nos levam a considerar que dentro dos problemas levantados e apontados nas entrevistas, pelo ponto de vista dos ODS e da nova diretriz de formação de professores/as no Brasil, se faz necessária novas estruturas do sistema e das unidades escolares, com o fim de eliminar a LGBTfobia de modo particular, e a homofobia de modo mais amplo. Logo, o referido trabalho lança à luz que é preciso, dentro do âmbito da educação sexual, maior atenção ao tema, não só como componente curricular da área, mas, em especial, como política de tratamento das situações LGBTfóbicas no espaço escolar.

De Uberlândia, estado de Minas Gerais, somos provocados/as pelo título *Corpo, sexualidade e gênero: tais temas no ensino de ciências são paradigmas superados?* Para o enfoque do dossiê, tendo em conta os ODS e a nova diretriz de formação de professores no Brasil, se questiona sobre o ensino de ciências, das ciências naturais, pesquisa e currículo, na superação dos determinismos e a necessidade de avanços na aprendizagem com base nas problematizações sociais, culturais e estéticas. Junto a universitários do curso de Ciências Biológicas (CB), quanto a percepção que apresentam sobre a abordagem dos estudos culturais para o tema gênero e sexualidade, se favorece novas tendências de discussão destas temáticas, as quais perpassam o determinismo científico positivista. Os resultados encaminham contribuições importantes ao enfoque do dossiê, uma que os Estudos Culturais contribuem para a discussão destes temas, no sentido de evidenciar que não é apenas encargo dos profissionais em CB seu debate, mas os/as professores/as e pesquisadores/as podem em suas respectivas áreas/campos de atuação, convergirem à Educação Sexual.

Educação sexual na perspectiva de psicólogos(as): contribuições e desafios na formação profissional, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Unesp), acena uma preocupação das pesquisadoras com as informações científicas acerca de gênero e sexualidade, ao visar o alcance de todas as pessoas, no sentido de divulgar e ensinar-aprender, na perspectiva de se popularizar a ciência para todos. Os referenciais das autoras, fundamentadas na sociologia bourdieusiana, compartilha a

visão de psicólogos/as quanto à Educação Sexual voltada ao desenvolvimento infantil integral, de modo que os professores/as tenham, também, uma contribuição científica do campo da Psicologia, ao lado dos teóricos interpretativos desta sociologia. É relevante a visão de psicólogos/as para os novos desafios dessa área, principalmente por dialogarem com a formação de professores/as, em especial, diante da nova resolução e os presentes desafios da sustentabilidade, desde a infância. As interfaces entre a Psicologia e a Educação são imprescindíveis para os diálogos propostos aqui.

Do sul do Brasil temos o artigo *Uma história do presente: a constituição de uma escola de educação infantil promotora da igualdade de gênero*. Percebe-se pela qualidade e a inovação do trabalho, voltado a primeira etapa da educação básica, que o trabalho frisa a importância de uma escola comprometida com a perspectiva da Educação Sexual na infância ou nos dizeres das autoras, uma escola “promotora das questões de gênero e de sexualidade”. Foram entrevistadas professoras e gestoras com a finalidade de conhecer a construção histórica – perspectiva foucaultiana – da trajetória dessa escola em promover a discussão da sexualidade. Dessas narrativas e memórias o estudo aponta para a potencialidade da promoção da diversidade de gênero e sexualidade na (e desde) a infância, e desde que os espaços de formação, de desenvolvimento docente e de ações de gestão estejam comprometidos/as em não continuar a reprodução de preconceitos e discriminações. Outrossim, alertam à necessidade da inclusão da comunidade, mesmo com tensões e avanços, de maneira a tornar possível uma educação sexual emancipatória.

Os estudos do corpo estão ganhando espaço nas pesquisas educacionais no Brasil como campo específico. A ANPED¹ criou, recentemente, o Grupo de Estudo (GE) “Corpo e Educação”. Sobre este tema, finalizando este dossiê, temos o artigo *Práticas corporais de educação do corpo: biopolítica e biopoder em Belém do Pará*. Neste trabalho, os colegas do norte do Brasil trazem o histórico, de base foucaultiana, sobre o corpo nas práticas de ginástica e esporte, nos séculos XIX e XX na cidade de Belém do Pará. De posse de documentos a análise proposta contribui para a constatação de que o corpo contribuía para a regulação social, o que os pesquisadores denominam para o contexto educacional de “controle-estimulação”. Ao lado do trabalho *A história da educação sexual no Brasil em oito momentos: notas*

¹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

preliminares de pesquisa o texto pode lançar projeções importantes para o enfoque da sustentabilidade e a atual diretriz aos cursos de licenciatura no Brasil, no sentido da reflexão sobre o currículo escolar, na especificidade, das pesquisas atuais sobre “Corpo e Educação” em amplo desenvolvimento na ANPEd.

Portanto, estão, assim, convidados/as, todos/as os/as interessados/as em nos presentes diálogos, que abarcam o lugar dos estudos e investigações da sexualidade (Educação Sexual) diante dos impactos e desafios da Agenda 2030 e as atuais diretrizes para a formação de professores/as, a Resolução de 2024, de uma escola democrática e cidadã. Aliás, um bem viver que incorpora, evidencia e promove sustentabilidade, por meio de ações de proximidade na sociedade, desde a localidade mais restrita e longínqua das cidades, até os centros mais frequentados, o que inclui a escola. São ações de formação de professores/as sob o elo e a inflexão, bem como, as incidências das temáticas da Educação Sexual para os fins de construção de uma sociedade sustentável.

As organizadoras e o organizador, ao lado dos/das colaboradores/as de todas as partes do Brasil, do sul ao norte, dentre os quais, muitos conhecidos/as da área da Educação Sexual no país, como também da Argentina, se sentem agradecidas e agradecido com os retornos e colaborações desta publicação, no sentido de enriquecer o presente diálogo que é urgente, diante dos impactos e desafios que o mundo apresenta e que exigem uma formação permeada por valores humanos diferenciados para serem superadas as questões de sustentabilidade e de formação docente. Logo, urge um movimento social em prol da sexualidade humana, alinhado a uma educação sexual formal e não formal, com qualidade e compromissos emancipatórios e ético-sustentáveis. É com esta proposta que este dossiê foi elaborado.

Enfim, desejamos profícuas reflexões a todos e todas.

Primavera de 2026.

Andreza Marques de Castro Leão (UNESP, Araraquara, SP)

Claudionor Renato da Silva (UFJ, Jataí, GO)

Joanalira Corpes Magalhães (FURG, Rio Grande, RS)